

# MULHERES FILIADAS A PARTIDOS POLÍTICOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

WOMEN PARTISANS: ANALYSIS OF REPORTS OF WOMEN'S EXPERIENCES IN PARTY POLITICS

## RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as motivações das mulheres para a filiação partidária e a percepção delas sobre essa experiência. Os dados foram coletados por meio de um questionário com pergunta aberta dirigido especificamente às mulheres filiadas. Foram obtidas 419 respostas, abrangendo filiadas dos 35 partidos registrados na Justiça Eleitoral. Os depoimentos ressaltam as experiências de aprendizado político, a convivência com as companheiras de legenda, o discurso sobre a “nova política”, a política do cuidado, a necessidade de maior presença das mulheres na política e a relação entre fé e política no caso dos partidos de orientação religiosa.

**Palavras-chave:** Mulheres e política. Partidos políticos e mulheres. Recrutamento partidário feminino.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze women's motivations for party affiliation and their perception of this experience. Data were collected through an open-ended questionnaire specifically addressed to affiliated women. 419 responses were obtained, covering members of the 35 parties registered with the Electoral Court. The testimonies highlight the experiences of political learning, the coexistence with party members, the discourse on the “new politics”, the politics of care, the need for a greater presence of women in politics and the relationship between faith and politics in the case of religiously oriented parties.

**Keywords:** Women and politics. Political parties and women. Female party recruitment.

## Introdução

Há uma vasta literatura que explica os fatores que afastam as mulheres da política, a partir das lógicas da dominação masculina, tais como a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo (BIROLLI, 2017), entre outros autores. Entretanto, há poucos estudos empíricos focados nos fatores que atraem as mulheres para

---

**Antonio Teixeira de Barros**

Doutor em Sociologia pela UnB. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). E-mail: antonibarros@gmail.com

a política, a exemplo das mulheres partidárias, ou seja, aquelas que são filiadas a partidos políticos, fazem militância, ocupam cargos na estrutura organizativa e concorrem a cargos eletivos (BERNAL OLARTE, 2015). Apesar de serem minorias em todas as esferas e instâncias políticas e partidárias, acreditamos que os estudos não devem se pautar apenas pela tônica na ausência ou na falta delas, mas também na emergência e no ativismo dessas mulheres.

É, portanto, com base nessa perspectiva, que este artigo tem o objetivo de analisar a experiência das mulheres filiadas a partidos políticos no Brasil. Afinal, mesmo diante de um cenário de descrença na política e de desconfiança expressiva no sistema político representativo, em especial nos partidos políticos, e de um cenário de baixa representação feminina na política institucionalizada, cabe questionar: quais são as percepções de mulheres filiadas a partidos políticos sobre a experiência de fazer parte de uma agremiação partidária?

Para tanto, foi aplicado um questionário aberto com mulheres filiadas a partidos políticos, em março de 2019, com a seguinte pergunta: Como você avalia sua experiência como filiada a um partido político? Trata-se de uma questão intencionalmente abrangente, com o objetivo de permitir a livre manifestação das informantes, valorizando sua perspectiva e seu lugar de fala ao discorrer livremente sobre sua experiência. Foram obtidas 419 respostas de mulheres filiadas aos 35 partidos registrados na Justiça Eleitoral, conforme será detalhado na abertura do tópico relativo à análise dos dados.

O uso de relatos e narrativas na pesquisa qualitativa em ciências sociais constitui-se uma vertente robusta, com variadas metodologias e aplicações (ROSENTHAL, 2004; SCHÜTZE, 2014). Na pesquisa social, narrativa é compreendida como “uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais”, que operaram “com a particularidade e não com a generalidade, não são reduzíveis a teorias” (SQUIRRE, 2014, p.273). Assim, o uso de relatos e narrativas na pesquisa social permite ao pesquisador acessar variadas camadas de informação e significados sobre o mundo vivido dos atores estudados, a partir de suas próprias lentes de interpretação, no caso de autorrelatos (BECKER, 1997).

Esse tipo de pesquisa permite “estabelecer conexões entre o dito e o vivido, entre o vivido e o narrado, além de outras perspectivas sobre as condições de seu surgimento como relato” (BENEVIDES; PINHEIRO, 2018, p.175). Relatos constituem “histórias vivenciadas pessoalmente, que apontam, em função de seu caráter retrospectivo, para contextos maiores e os graus de capacidade para a ação podem ser avaliados a partir da forma como se lidou com esses contextos” (SCHÜTZE, 2014, p.11). A análise de relatos e narrativas proporciona a reflexividade dos atores pesquisados, revelando o conhecimento tácito do grupo pesquisado (MAUTHNER; DOUCET, 2003). Tais estudos são de grande valia na pesquisa qualitativa, pois permitem retratar e entender as maneiras pelas quais os indivíduos refletem sobre suas experiências e como elaboram os sentidos de suas vivências.

A estratégia utilizada para atingir esse público foi a divulgação do *link* da pesquisa, acompanhado de uma carta de apresentação dos autores nos perfis dos diretórios e secretarias femininas dos partidos nas mídias sociais, especialmente o *Facebook*, incluindo os diretórios nacionais, estaduais e municipais<sup>1</sup>. De forma complementar, foi enviada a mesma mensagem para o *e-mail* dos núcleos e secretarias da mulher dos partidos, incluindo esses organismos no plano nacional, estadual e municipal. Além disso, foram realizados contatos telefônicos para reforçar a divulgação entre as filiadas.

Antes da apresentação dos dados, apresenta-se um tópico sobre formas de recrutamento partidário e as iniciativas para aumentar a inclusão das mulheres.

## Recrutamento partidário e inclusão das mulheres na política

O recrutamento partidário é um tema amplamente estudado na ciência política e continua relevante na atualidade (PERES; MACHADO, 2017). Apesar das especificidades das diferentes abordagens, um ponto de convergência é a visão de que o recrutamento partidário é indispensável para a sobrevivência política das organizações partidárias (OLIVEIRA, 2017). Por isso, as legendas atribuem relevância aos variados tipos e estratégias de recrutamento político, principalmente às seguintes modalidades: recrutamento de quadros por meio da filiação e da militância; recrutamento legislativo e parlamentar; e o recrutamento para cargos executivos (PERES; MACHADO, 2017).

Aqui não entraremos nos detalhes das teorias do recrutamento, pois, além da vasta literatura disponível, optamos pela aplicação ao caso específico das mulheres. Contudo, cabe ressaltar que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, com várias tipologias, como registram Peres e Machado (2017, p.126). Como ressaltam os autores, o investimento das agremiações no recrutamento se justifica por que “os partidos devem se mostrar capazes de se regenerar, reproduzindo-se por sucessivas gerações” (p.126).

Vários estudos reforçam que é necessário aprofundar a análise da reestruturação dos partidos e a vontade política para alcançar a igualdade de gênero e maior acesso das mulheres às arenas políticas e partidárias (ALONSO, 2009; KENNY, 2013). Para esses autores, os estudos sobre legislação inclusiva e a adoção de cotas eleitorais não respondem de forma suficiente à perspectiva estrutural, visto que existem agremiações que tentam até burlar essas leis.<sup>2</sup>

---

1 Esses organismos atendem aos ditames da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95). As legendas usam nomenclaturas próprias para designar as secretarias destinadas à promoção da inclusão das mulheres nos partidos, tais como MDB Mulher, PSDB Mulher, PV Mulher, Patriota Mulher, Mulheres Progressistas, etc. Esses núcleos existem em âmbito nacional, estadual e municipal (BARROS, 2015).

2 Um exemplo no Brasil é o uso de “candidatas laranjas”, mulheres pagas pelos partidos para efetuarem a candidatura, mas sem efetivo apoio para a disputa eleitoral.

Para Alonso (2009), a chave para a inclusão das mulheres na política não passa necessariamente pelo estabelecimento de cotas eleitorais, embora reconheça a importância de tais iniciativas, vistas como necessárias, porém insuficientes (ARAÚJO, 2010). Entretanto, o mais crucial em sua visão é a democratização das estruturas partidárias e das formas de recrutamento político. Considerando que a literatura mostra que a base do recrutamento é a lei da oferta e da demanda de candidaturas, é necessário prestar mais atenção às regras do mercado eleitoral. Afinal, nesse mercado a principal cotação está relacionada às qualidades e ao capital político dos candidatos. Nesse aspecto, tradicionalmente os partidos sempre investiram nos atributos políticos dos homens. Essa lógica prevalece ainda hoje. Logo, sem alterações estruturais nessa lógica, nenhuma lei de cotas femininas será eficiente, segundo a visão da autora.

O ponto central, portanto, “é que este mercado é controlado por uma elite masculina que tende a reproduzir padrões em uma tentativa de perpetuar e manter parcela de poder que constituem os partidos políticos” (ALONSO, 2009, não paginado). Dessa forma, enquanto as mulheres tentam (em vão) mudar a política, relegadas à periferia dos partidos e do sistema político, os homens mantêm o monopólio das regras e lógicas do principal instrumento para manter tudo como lhes convém: o recrutamento (NORRIS; LOVENDUSK, 1993).

Esses argumentos reforçam a perspectiva das transformações estruturais dos partidos em detrimento da abordagem da agência, que põe as mudanças como algo que depende de maior interesse e envolvimento das mulheres (NORRIS; INGLEHART, 2000). Por essa razão, Bjarnegård e Kenny (2014) defendem uma agenda de pesquisa mais abrangente e integrada, a fim de contemplar de forma mais sistemática e consistente a complexidade dos fatores envolvidos na relação entre mulheres e política. O recrutamento partidário é a parte essencial da formação de novas lideranças e compreende um amplo e longo processo que pode ser dividido em três etapas: (a) filiação, (b) formação/treinamento e (c) ocupação de alguma posição de importância para o partido, seja fora ou dentro dele (MACHADO, 2015).

A literatura feminista aponta um repertório de aspectos específicos que funcionam como obstáculos à entrada de mulheres na vida política, além dos fatores estruturais e culturais decorrentes da histórica divisão sexual do trabalho. Entre os fatores específicos destacam-se a organização e o funcionamento dos sistemas políticos e eleitorais; o elevado investimento financeiro nas campanhas e as dificuldades para o financiamento de candidaturas femininas (ARAÚJO, 2010). É cabível ressaltar a função de conservação estrutural das instituições políticas, principalmente os partidos, que são considerados “agentes de reprodução das estruturas existentes no interior do campo político” (BIROLI; MELLO, 2010, p.7). Tal avaliação se justifica porque as agremiações partidárias atuam de forma seletiva e arbitrária, reproduzindo as “estruturas dominantes de produção e distribuição do poder”, que direcionam às mulheres papéis específicos e limitados (BIROLI; MELLO, 2010, p.8). Ao preterir as mulheres, os partidos cerceiam a possibilidade de elas galgarem postos, tanto no âmbito interno quanto externo nos partidos.

Nesse sentido, Ferreira, Lemos e Sirino (2015) explicam que as mulheres são privadas da experiência política completa que o recrutamento poderia proporcionar-lhes. Afinal de contas, esse momento é considerado a base de uma provável carreira política, visto que propicia aprendizado, convivência, além da formação de redes de contatos políticos.

Embora não sejam a única causa, essas dificuldades se constituem como fatores pouco abordados na literatura, que se concentra mais nas barreiras para o lançamento das candidaturas, a eleição e a reeleição (NORRIS, 2013; NORRIS; LOVENDUSK, 1995; NORRIS; INGLEHART, 2003; ARAÚJO, 2005; ÁLVARES, 2008). Trata-se, no entanto, de uma cadeia de fatores, os quais, combinados, exercem uma grande influência negativa que resulta na baixa representação feminina, especialmente no parlamento. Falta aos partidos, portanto, estratégias eficazes de “inclusão orientada na arena política” (BIROLI; MELLO, 2010, p.2), a começar pelo recrutamento e pela filiação.

Tais estratégias são justificadas pelas autoras porque, nas democracias representativas, são os partidos que selecionam as candidaturas, com base em seus próprios estatutos e normas internas. Como as elites partidárias são predominantemente masculinas, trata-se de um jogo que desfavorece as mulheres, visto que há processos decisórios anteriores ao lançamento das candidaturas. Esses processos são concentrados nos círculos masculinos que presidem os partidos, na figura de seus líderes. Além de concentradas, tais decisões são pouco transparentes. Dessa forma, as candidaturas femininas são usadas, na maioria das vezes, “como ‘tampões’ para as cotas”. Isso significa candidaturas fracas, que não contam nem mesmo com legitimidade interna e sem condições mínimas de competitividade perante os homens (MATOS, 2010, p.43).

Apesar de tais diagnósticos, os estudos sobre o tema mostram que os partidos não assumem publicamente suas responsabilidades em relação à marginalização das candidaturas femininas. Ao contrário disso, costumam alegar falta de interesse de mulheres em se candidatar, desconsiderando toda a cadeia que compõe o círculo vicioso da exclusão, conforme descrito anteriormente. Além de manterem as lógicas de dominação masculina, os partidos, na figura de seus líderes, reproduzem o discurso fácil e falacioso do desinteresse e apatia política das mulheres. Além disso, “a responsabilidade é posta sobre as mulheres, como um problema de livre e particular escolha individual e não um problema da democracia” (ARAÚJO, 2005, p.212).

Apesar da ênfase à importância dos recursos financeiros para o sucesso eleitoral, Moritz e Schulz (2015) complementam que há uma fortuna de recursos políticos que também deve ser considerada para a construção de uma trajetória política no interior dos partidos ou até mesmo antes do ingresso como filiada. São esses recursos que permitem a construção de uma carreira política, fruto de consistentes redes de contatos e uma carreira de militância. Assim, as autoras não ignoram ou diminuem a importância do capital econômico, mas chamam atenção para a relevância do capital político e do capital social das candidatas,

que são favorecidos pelo acesso delas às organizações partidárias, começando pelo recrutamento, filiação e pela própria redefinição do papel da mulher e das políticas de gênero (CORREA, 2018; POTECHI, 2019). Tudo faz com que até os grandes partidos elejam cada vez menos mulheres, considerando todos os níveis de pleitos eleitorais (BARRY, 2019; GILMORE, 2019; JARAMILLO, 2019).

Em suma, falta apoio dos partidos para a construção de “escada de acesso” para as mulheres nos termos de Álvares (2008, p.904). Conforme ela mesma explica, essa escada deveria ter o seguinte formato, constante na Figura 1:

**Figura 1:** Escada de acesso das mulheres na carreira política



**Fonte:** Álvares, 2008, p.904.

Ferreira (2012) argumenta que a experiência continuada de novo(a)s filiado(a)s no interior das organizações partidárias funciona como uma “escola”, no sentido de que possibilita o desenvolvimento de competências políticas específicas, que não seria possível sem esse aprendizado. Além disso, proporciona a formação de uma rede de contatos pessoais, que permite o acesso de mulheres às redes de recrutamento parlamentar. A experiência de formação política possibilitada pela imersão no cotidiano partidário também contribui para a produção de vínculos entre o(a)s futuro(a)s líderes do partido e os dirigentes populares. Ademais, o interesse por este tipo de atividade partidária é legitimado e reafirmado pelas redes sociais de pertencimento do(a)s novo(a)s recrutados, transformando-se em um valor simbólico interno que confere capital social entre seus pares (SILVA, 2015).

A adesão de mulheres aos partidos políticos implica uma série de fatores complexos, nos quais estão envolvidos aspectos institucionais, culturais e ideológicos, além da afinidade sociocultural da organização partidária com o eleitorado. Destacam-se ainda variáveis como as origens sociais das mulheres, o contexto político, a educação que receberam, a forma como foram politicamente socializadas, a classe, o local de moradia, a religião e a própria geração política (VOMMARO, 2013; BIROLI, 2017; REZENDE, 2017).

As mulheres partidárias exercem várias funções em relação aos partidos, tais como potencializar e dinamizar o relacionamento dos partidos com o eleitorado feminino, exercendo o papel de elo comunicativo entre as mulheres e as legendas (COSTA, 2015). Devido à proximidade e relação continuada com as elites da legenda, ainda segundo o mesmo autor, as mulheres partidárias podem

atuar como grupo de pressão intrapartidário, fazendo *advocacy* de determinadas causas, bandeiras ou interesses. Além disso, estas organizações fornecem mão-de-obra política voluntária para reforçar o aparato de propaganda política dos partidos.

No caso dos partidos brasileiros, estudos mostram que existem especificidades que interferem nas formas de recrutamento, inclusive de mulheres, uma vez que partidos diferentes teriam diferentes maneiras de se organizar internamente e, por isso, diferentes estratégias e mecanismos para o recrutamento (COSTA; BOLOGNESI; CODATO, 2013). Para os autores, é necessário avançar no emprego de variáveis sociais e político-institucionais no entendimento dos processos de recrutamento político no Brasil, uma vez que a discussão tem sido prejudicada pela dicotomia entre as vertentes culturalistas e as perspectivas institucionalistas. Enquanto a primeira é centrada nas heranças culturais do patriarcalismo e na visão de que as mulheres são discriminadas no campo político, a segunda procura enfatizar explicações causais especificamente políticas, como as formas de seleção, formação e treinamento de líderes políticos, a estrutura partidária e o nível de institucionalização das legendas (BIROLI, 2017).

No que se refere especificamente ao recrutamento político feminino, a literatura registra dois modelos, sendo um mais inclusivo e outro menos. Ambos dependem da estrutura e da organização das legendas, as quais podem privilegiar modelos que concentram o poder de decisão exclusivamente nas mãos dos líderes partidários ou dos comitês executivos dos partidos. De outro lado, já existem modelos considerados mais inclusivos, nos quais os processos seletivos se efetivam através de eleições diretas para a seleção de pré-candidatos – também denominadas de eleições primárias – com maiores possibilidades de incluir mulheres (NORRIS, 2013; NORRIS E LOVENDUSKI, 1995; BARRY, 2019).

Geralmente esses modelos são associados ao espectro ideológico das agremiações. Estudos sobre o tema registram que “quanto mais próximo à esquerda do espectro político, maior a tendência do partido em responder às demandas por igualdade de gênero e por inclusão política das mulheres” (SACCHET, 2012, p.164). A explicação é que faz parte da identidade dos partidos de esquerda a defesa de princípios igualitários como algo inerente ao regime democrático, o que os torna mais propensos a considerar legítimas e defensáveis as demandas por ações em favor da igualdade de gênero.

A questão do déficit da representação feminina na política tornou-se tão relevante no debate acadêmico nas últimas datas que o número de mulheres que ocupam cargos de tomada de decisão política tornou-se um dos indicadores da qualidade da democracia (LIJPHART, 2003; OLIVEIRA, 2017; LOVENDUSKI; HILLS, 2018). Segundo a argumentação dos autores, possibilitar a representação política das mulheres nas sociedades democráticas é uma forma de tornar efetiva representação feminina, a fim de contemplar suas reivindicações, implementar seus direitos, interesses e perspectivas (PINTO, 2017; NIJENSOHN, 2018).

## Análise dos dados

A Tabela 1 apresenta um perfil das respondentes, considerando faixa etária, estado civil, renda familiar mensal, escolaridade e região de moradia. O perfil predominante é de mulheres entre 25 e 49 anos, solteiras, com renda mensal entre cinco e dez mil reais, com ensino médio e superior. Quanto à região geográfica, prevalecem as de maior população: SE, S e NE, que são também as que concentram o maior eleitorado e maior quantidade de filiadas.

**Tabela 1.** Perfil das informantes

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
16 a 17 anos	12	2,86%
18 a 24 anos	34	8,11%
25 a 29 anos	82	19,57%
30 a 39 anos	118	28,16%
40 a 49 anos	122	29,12%
50 a 59 anos	40	9,55%
Acima de 60 anos	11	2,63%
<b>Subtotal</b>	<b>419</b>	<b>100,00%</b>
ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Solteira	233	55,61 %
Casada / União estável	84	20,05 %
Divorciada	63	15,04 %
Viúva	39	9,31 %
<b>Subtotal</b>	<b>419</b>	<b>100,00%</b>
RENDA FAMILIAR MENSAL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Acima de 10 mil reais	136	32,77%
De 5 a 7 mil reais	102	24,58%
De 7 a 10 mil reais	88	21,20%
De 2 a 5 mil reais	65	15,66%
Até 2 mil reais	22	5,30%
Prefiro não declarar	6	0,48%
<b>Subtotal</b>	<b>419</b>	<b>100,00%</b>



ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Ensino Médio	179	42,72
Curso Superior	170	40,57
Pós-Graduação	51	12,17
Ensino Fundamental	19	4,53
<b>Subtotal</b>	<b>419</b>	<b>100</b>
REGIÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Sudeste	150	35,89%
Sul	95	22,49%
Nordeste	94	22,49%
Centro Oeste	51	12,20%
Norte	29	6,94%
<b>Total</b>	<b>419</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A Tabela 2 mostra o número de respostas obtidas por legenda (penúltima coluna). Foram contemplados os 35 partidos registrados na Justiça Eleitoral, com uma quantidade maior de respostas dos grandes partidos e uma quantidade menor das legendas de menor porte.

O total geral de mulheres filiadas corresponde a 44%, enquanto os homens são 56%. A predominância de filiados masculinos ocorre em todas as legendas, com exceção do PMB e do PRB, que contam com 55% e 51% de mulheres filiadas, respectivamente. Destacam-se ainda com 45% de mulheres entre seus filiados: PCdoB, PCB, MDB, Avante, PRP, PT e SD. O Partido Novo conta com o menor percentual de mulheres filiadas (11%).

**Tabela 2.** Respostas obtidas por legenda

Partido	Total de filiados	Total feminino	% feminino	Respostas	%
MDB	2.402.264	1.317.980	45%	36	8,61%
PT	1.587.916	875.813	45%	31	7,42%
PSDB	1.446.854	798.197	44%	29	6,94%
PDT	1.251.350	553.297	44%	26	6,22%
PTB	1.193.113	654.585	45%	23	5,50%
DEM	1.096.537	475.849	43%	22	5,26%
Progressistas	1.438.392	797.663	44%	19	4,55%

Partido	Total de filiados	Total feminino	% feminino	Respostas	%
PSB	648.444	368.382	43%	15	3,59%
PR	799.463	355.239	44%	14	3,35%
PCdoB	392.195	174.651	45%	12	2,87%
CIDADANIA	482.543	200.770	42%	11	2,63%
PRB	389.434	198.857	51%	11	2,63%
PSD	317.420	187.463	44%	10	2,39%
PV	376.512	219.397	41%	10	2,39%
PATRIOTA	72.702	43.321	40%	9	2,15%
AVANTE	185.564	83.209	45%	9	2,15%
PRP	250.469	137.743	45%	8	1,91%
PSC	421.661	235.466	44%	8	1,91%
PSOL	122.571	69.411	43%	8	1,91%
NOVO	8.825	959	11%	7	1,67%
PCB	14.836	6.615	45%	7	1,67%
PCO	2.938	1.211	41%	7	1,67%
PPL	39.562	22.363	43%	7	1,67%
PROS	91.077	54.595	40%	7	1,67%
PSDC	186.337	103.141	44%	7	1,67%
PSL	226.551	127.330	43%	7	1,67%
PTC	198.443	111.427	44%	7	1,67%
PODEMOS	161.551	92.114	43%	7	1,67%
REDE	17.761	11.496	35%	7	1,67%
SD	181.125	99.719	45%	7	1,67%
PHS	210.402	117.881	44%	7	1,67%
PMB	38.299	17.297	55%	6	1,44%
PRTB	136.236	76.688	43%	6	1,44%
PSTU	17.408	9.442	46%	6	1,44%
Avante	223.895	101.815	45%	6	1,44%
<b>Total Geral</b>	<b>16.630.650</b>	<b>7.348.450</b>		<b>419</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A Tabela 3 apresenta uma síntese das categorias temáticas contidas nas narrativas das informantes. As justificativas apresentadas contribuem para se compreender as percepções expressas nas respostas das informantes. Isso porque os comentários livres apresentam visões muito diversificadas. Optamos, portanto, por agrupar os principais argumentos-chave, seguindo a técnica qualitativa da análise temática, entendida como agrupamento semântico das respostas, conforme o tema é abordado pelos informantes (BARDIN, 2005). Esse procedimento consiste em agregar os relatos por afinidade semântica, ou seja, levando-se em conta as respostas que apresentam teor similar, embora sejam escritas com palavras diferentes.

Observa-se na Tabela 3, que o principal argumento acionado pelas mulheres consultadas é o de que a experiência de filiação partidária resulta principalmente em aprendizado político (31,19%). Em segundo lugar as informantes destacam a convivência edificante com outras mulheres filiadas (20,71%). Aprendizado e relação configuração, portanto os principais focos dos relatos. Em menor proporção aparecem temas como nova política, ética do cuidado, presença política e exemplo, perspectiva feminina na política, idealismo compartilhado, pragmatismo político, experiências relativas à troca de partidos e a relação entre fé e ação política cristã.

**Tabela 3.** Categorização dos relatos das mulheres filiadas

CATEGORIAS	N	%
Aprendizado político	131	31,19
Convivência edificante	87	20,71
Nova política	68	16,19
Ética do cuidado	34	8,10
Presença política e exemplo	31	7,38
Idealismo político	23	5,48
Pragmatismo político	22	5,24
Troca de partido	14	3,33
Fé e ação política cristã	10	2,38
<b>TOTAL</b>	<b>420</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria, 2020.

A partir daqui esmiuçaremos mais cada uma das categorias apontadas acima, com respaldo nos argumentos acionados pelas próprias mulheres.

## Aprendizado político

Expressiva parcela das informantes considera sua experiência de filiação partidária como uma escola, algo similar já registrado na literatura (FERREIRA, 2012). Tal experiência lhes proporciona “uma experiência muito positiva para meu crescimento pessoal e para meu aprendizado político”, como relata uma das respondentes. Outras complementam da seguinte forma:

- É um contínuo e interessante aprendizado político, que serve para toda a vida e se aplica a todas as instâncias da vida, inclusive no trabalho e na universidade;
- Foi a melhor escola que tive até hoje sobre política.
- É um aprendizado que serve para toda a vida;
- É uma excelente escola para quem deseja aprender sobre política na prática e aplicar na vida.

Mediante os relatos citados, convém lembrar que vários estudos destacam a importância do aprendizado político para a consolidação da cultura cívica e dos valores democráticos, que dão ordem e significado à política (KRISCHKE, 2002; BRANDÃO, 2006; LUCHMANN, 2012; BARROS, 2016; DODD, 2018). O aprendizado político relaciona-se diretamente com o desenvolvimento de atitudes e comportamentos considerados fundamentais para uma sociedade democrática, o que inclui “a aquisição e o aumento de informações, o desenvolvimento de virtudes cívicas, a exemplo da cooperação, do respeito e da tolerância e de habilidades políticas, na conformação de uma cidadania pautada na autonomia, dimensão central da democracia” (LUCHMANN, 2012, p. 515).

Em suma, o aprendizado político “cria condições morais, históricas e sociais para a superação dos valores autoritários e a construção de uma ética coletiva voltada para a tolerância, o cultivo da pluralidade, da liberdade e do respeito às diferenças” (BARROS, 2016, p.863). Nessa perspectiva, a política “é um processo de aprendizagem e desenvolvimento social, pois gira em torno da construção social e da reconstrução de uma compreensão coletiva da sociedade e da política” (DODD, 2018, p.34).

Esse aprendizado, na forma descrita pelos relatos, constitui ainda importante experiência de socialização política para as mulheres filiadas. Setton (2005, p.713) chama atenção para a interdependência entre as diferentes instâncias socializadoras, o que torna a socialização política um fenômeno relacional e de mão dupla no estudo da relação entre indivíduo e sociedade. Afinal, “o processo de socialização das sociedades atuais é um espaço plural de múltiplas referências identitárias”, em um contexto de coexistência de distintas instâncias de socialização. Além de distintas, essas instâncias apresentam múltiplos projetos socializadores e maior circularidade de valores, saberes e comportamentos, o que configura um campo híbrido e diversificado de socializações (SETTON, 2016; 2018).

Apesar de ser entendida como um importante mecanismo de aprendizado político, a socialização não se limita à transmissão de valores e conhecimentos, visto que as mulheres filiadas não são meras receptoras desses valores, mas agentes que transformam a sociedade em que vivem (FEIXA; LECCARDI, 2010). Se esse fosse o papel da socialização, as sociedades continuariam estáticas ou suscetíveis a poucas alterações (BARGEL; DARMON, 2016). Heinich (2017) e Raulin (2017) apontam para a transmissão de crenças e valores no processo de socialização política, visto que são elementos essenciais na conformação da cultura política, ideia presente também em obras referenciais como a de Almond e Verba (1989).

No caso das mulheres partidárias, a dimensão da socialização política adquire ainda mais relevo, frente à hipótese de que elas passam por um processo diferenciado de socialização política, que dificulta sua atuação na vida pública (BIROLI, 2017). Por serem socializadas para cuidar do lar e da família, conforme os cânones da cultura patriarcal, essa socialização diferenciada favorece a continuidade da sub-representação política das mulheres e a manutenção dos déficits democráticos em termos de representação política feminina (SIMÕES, 2018). Esse fenômeno é diagnosticado em termos nacionais, estaduais e municipais (PINTO, 2017).

## Convivência edificante e trocas recíprocas

A convivência com outras mulheres filiadas é a segunda tônica dos relatos analisados. Nas palavras das informantes, “A melhor parte é a convivência fraterna com as companheiras de partido”. Nessa perspectiva, vários outros termos são acionados para ressaltar esse espírito positivo de convivência:

- É uma forma de unir forças com outras companheiras que compartilham dos mesmos ideais;
- Partilhar experiências de vida com minhas companheiras de partido é enriquecedor;
- Aprendi a dividir as dores e a somar as alegrias com as minhas companheiras de partido;

Companheirismo, coleguismo, amizade, irmandade e comunidade são termos que se destacam nos relatos, enfatizando a relevância atribuída pelas informantes à dimensão relacional da experiência política de filiação partidária. Como consequência disso, uma série de testemunhos colocam em primeiro plano a importância da convivência e das relações de reciprocidade, ajuda mútua e reconhecimento:

- A cada dia aprendo mais sobre solidariedade e apoio mútuo com minhas companheiras de partido;
- Aprendemos a nos cuidar mutuamente, como uma família;

- É muito bom poder dividir as dores e a somar as alegrias com as minhas companheiras de partido;
- Junto com as minhas companheiras me sinto acolhida e mais forte para a luta;

A tônica do conviver observada nos depoimentos é marcada pelos sentidos de reciprocidade e reconhecimento, dois temas muito caros à teoria social. Uma consistente literatura ancorada nas teorias da reciprocidade permite “reconhecer a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história” (SABOURIN, 2011, p.26). Assim, as relações de reciprocidade entre as mulheres partidárias geram um espírito positivo. No caso em estudo, a reciprocidade se manifesta principalmente pelas suas características positivas, visto que se trata de coletivos com relativa coesão social, forte identificação partidária, compartilhamento de ideais e ideologias e projetos comuns de futuro.

Esse é o combustível do reconhecimento ressaltado pelos depoimentos. Isso significa dizer que as relações de reciprocidade geram reconhecimento igualmente recíproco, como fruto da convivência em uma *comunidade de valores* ou *comunidade solidária*, nos termos de Axel Honneth (2003). Como a característica básica dessa forma de reconhecimento está na solidariedade, existe uma predisposição para as relações de integração e coesão social, amalgamadas por valores e objetivos compartilhados. Tais valores e objetivos constituem um sistema simbólico de referência moral que serve de baliza para a avaliação moral das características dos indivíduos, seus atos e palavras. Tal avaliação social é construída intersubjetivamente, a partir das relações de reciprocidade e solidariedade.

O acolhimento e o senso de pertencimento são ressaltados nos depoimentos a partir de uma lógica de política de cooperação. Isso porque as narrativas não se situam no plano das disputas interpartidárias, mas da perspectiva interna de um partido, que funciona como uma referência de coesão política e de relações de reciprocidades. Os relatos colocam em primeiro plano as experiências das mulheres no desenvolvimento de habilidades políticas de cooperação interna aos partidos, com ênfase para as recompensas simbólicas obtidas pelas relações de solidariedade e dialogismo entre as companheiras de partido.

A cooperação, nessa abordagem, é vista como um ritual de convivência que regula os conflitos e dissensos de forma civilizada e pacífica (SENNETT, 2012). Assim, os efeitos nocivos das trocas argumentativas na forma de controvérsias são amenizados pela confiança nas colegas de legenda, no acolhimento da opinião divergente. Assim, o principal valor das políticas de cooperação está no altruísmo, que contribui para a construção de sujeitos políticos colaborativos, a exemplo dos relatos mencionados.

Como é possível observar nas narrativas das informantes, o conviver, o compartilhar, o encontrar são termos centrais nos relatos. Todos apontam para a natureza relacional das experiências de filiação partidária. A filiação assume um lugar privilegiado para as trocas entre elas, portanto. O encontro com outras colegas,

o intercâmbio de ideias e projetos de futuro parecem ser o ponto central destacado nos relatos.

## Nova política

O discurso relacionado à “nova política” aparece nos depoimentos como contraposição à política caracterizada pelas práticas de corrupção. As mulheres tomam para si a tarefa de renovação das estruturas e instituições políticas, como protagonistas de um novo jeito de atuar nos partidos, nos parlamentos e nos governos executivos (CASTILHO, 2019). Nessa perspectiva, os depoimentos ressaltam:

- O olhar da mulher para a política deve ser valorizado, pois é diferenciado e legítimo para contribuir no avanço da nova política;
- Temos que quebrar os velhos paradigmas e preconceitos da velha política machista e mostrar nosso valor na construção de uma nova política;
- É pelo nosso exemplo que vamos mudar a velha política;
- As mulheres unidas, com sua sensibilidade e dedicação vão mudar essa velha política machista e corrupta;
- Temos que romper com os velhos padrões da velha política clientelista e corrupta;
- O exemplo das mulheres é que vai transformar a velha política e fazer nascer uma nova política, sem corrupção e sem roubalheira;

## Ética do cuidado

Boa parte das mulheres inclina-se à defesa da política do cuidado como sendo algo tipicamente feminino. Trata-se da chamada “política do desvelo” ou “política do cuidado”, uma visão historicamente construída a partir de valores cristalizados da cultura patriarcal. Esse é um dos estereótipos que estigmatiza a atuação política das mulheres. Curioso é perceber tantos relatos que naturalizam essa visão, com o endosso das próprias mulheres filiadas.

Chaney (2014) ressalta que essa imagem estereotipada é mais forte no caso das mulheres latino-americanas, que atuam na política como “supermães”, ou seja, representantes vocacionadas a cuidar do povo como cuidam de sua família. Esse estereótipo motiva as mulheres a atuarem no campo da chamada política do desvelo ou política do cuidado, especialmente em projetos assistenciais. Essa é uma das evidências apontadas na literatura acerca do diferencial da participação de mulheres na formulação de políticas públicas, especialmente quando elas conseguem ocupar cargos de liderança nas comissões legislativas (SCHWINDT-BAYER, 2006).

Miguel (2001) salienta que a política do cuidado ou do desvelo constitui um impedimento ao avanço da representação política feminina, pois é como se fosse negado a elas o direito à política de interesses. Para o autor, essa forma de política é ancorada em “diferentes estratégias de justificação (...) com ênfase naquelas que reivindicam um estatuto moral diferenciado para as mulheres”. Assim, introduz-se “um novo tipo de política, mais desinteressado e altruísta, reflexo do seu treinamento social como responsáveis pelo cuidado com os mais fracos (a começar pelas crianças)”. No entanto, essa política do desvelo ou política maternal “termina por perpetuar a inserção subordinada das mulheres no mundo da política, na medida em que o cartão de ingresso é exatamente a negação da ação em defesa dos próprios interesses” (MIGUEL, 2001, p.253).

Vale a pena destacar alguns dos relatos com essa perspectiva:

- O mais importante foi aprender a cuidar das pessoas na prática, começando com as minhas amigas e companheiras do partido;
- Política requer capacidade para cuidar das pessoas e isso nós mulheres sabemos fazer, pois temos vocação para cuidar;
- Política é cuidado e nós mulheres temos vocação para cuidar. Por isso nós devemos ocupar cada vez espaço na política: para cuidar do povo!

## Presença política e exemplo

Outra contribuição relevante para a análise dos depoimentos é o conceito de *política de presença*, de Anne Phillips (2001). Para ela, a exclusão política desafia o entendimento tradicional da representação política das mulheres, baseada na percepção arraigada de que a chave da boa representação política estaria nos programas ideológicos de governo e nas ideias compartilhadas entre representantes e representados — sem qualquer referência à identidade das/os representantes.

Contra isso, cada vez mais é afirmada a necessidade de presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão, o que se traduz frequentemente na adoção de cotas eleitorais, a fim de assegurar a presença efetiva de representantes dos grupos minoritários na política, como no caso das mulheres. Assim, a autora contrapõe a *política de presença* à *política de ideias*, chamando atenção para uma efetiva qualidade da representação de minorias pela via da primeira.

Apesar disso, a autora admite que homens possam representar mulheres quando há concordância de políticas, programas ou ideias, mas dificilmente eles terão legitimidade para falar por elas de forma plena quando o que está em jogo é a representação das mulheres *per se*. Isso porque faltaria aos homens a experiência de ser, agir, pensar e sentir conforme a condição feminina.

Os depoimentos ressaltam que:



- Na prática política, aprendi que somente as mulheres é que podem se representar. É ilusão achar que homens possam nos representar.
- O jogo político é dominado por homens, para assegurar os privilégios deles. Se as mulheres querem alguma mudança a seu favor, é necessário que elas próprias se organizem e elejam suas representantes.
- As mulheres precisam estar presentes na política e não simplesmente serem representadas por homens que se dizem simpáticos à nossa agenda.

## Idealismo político

A dimensão política referenciada em ideais chama atenção para os estudos que destacam o quanto as ideias importam na política contemporânea, pois funcionam como variáveis explicativas para condutas e comportamentos políticos (PERISSINOTTO; STUMM, 2017, p.126). Para os autores, “reconhecer a autonomia das ideias diante de interesses implica levá-las a sério”. Levar ideias a sério “significa, por sua vez, que elas modelam a ação de indivíduos e, por conseguinte, não são redutíveis a variáveis não ideacionais”.

Como base dos ideais políticos, são as ideias que promovem mudanças ou conservação. São as ideias que catalisam as dinâmicas de interações discursivas, tanto no debate público mais amplo quanto no debate no interior dos partidos e no âmbito dos diretórios e núcleos de mulheres filiadas. Assim, as ideias constituem uma relevante “variável mediadora entre mudanças estruturais (...) e mudanças institucionais na política” (PERISSINOTTO; STUMM, 2017, p.128). Logo, deduz-se que “mudanças de ideias, mesmo na ausência de grandes crises exógenas, podem produzir mudanças nas políticas”, que se expressam na redefinição de agendas, “definindo problemas públicos, impactando o conteúdo de propostas sobre reforma política e construindo imperativos de reforma” (PERISSINOTTO; STUMM, 2017, p.128).

O idealismo político tem ainda como substrato os valores, que se associam na articulação das ideias políticas e dos idealismos compartilhados pelas mulheres filiadas. Valores são entendidos como princípios morais e ideológicos que influenciam o comportamento humano (HEINICH, 2017). Eles interferem na constituição cognitiva e moral das percepções e juízos que orientam as ideias e ações humanas, incluindo os relacionamentos interpessoais, intra e intergrupais e com as instituições sociais e políticas; por isso, são relevantes substratos simbólicos na constituição das ideias políticas (RAULIN, 2017). É importante ressaltar que os valores são socialmente produzidos, da mesma forma que também são socialmente legitimados ou rejeitados (MARINI, 2018).

Na perspectiva das mulheres filiadas, o idealismo aparece em vários depoimentos:

- Acho formidável poder compartilhar meus ideais de uma sociedade mais justa com minhas colegas de partido;
- É uma forma de somar forças e sonhar juntas;
- No partido eu encontrei mulheres que também lutam pela liberdade, a igualdade e o respeito;
- Unidas é que podemos sonhar e realizar nossos projetos e nos fortalecer para nossas lutas.

## Pragmatismo político

Apesar da ênfase no idealismo político, os depoimentos também ressaltam a dimensão pragmática da política a partir da experiência de filiação partidária. Trata-se de uma concepção que envolve duas dimensões. A primeira compreende uma visão da política como instrumento de transformação social no sentido amplo, enquanto a segunda é voltada para a realização de atividades que causam impacto concreto no campo da experiência cotidiana das mulheres filiadas.

No primeiro caso, destacam-se os seguintes relatos:

- Mulher tem que fazer política para mostrar nosso jeito de atuar;
- Temos que mostrar nosso jeito de fazer política e nos tornar exemplo para outras mulheres;
- Nossa prática política tem foco na transformação para melhoria de nossa vida cotidiana;
- Temos que entender que política faz parte do nosso dia a dia.

O pragmatismo é considerado na literatura como uma variável explicativa típica dos espaços de micropolítica (OROZCO, 2004, p.11), o que se aplica diretamente ao caso em estudo. Trata-se, contudo, de “pragmatismos carregados de promessas”, ou seja, de ideias e projetos de futuro. Assim, o pragmatismo político mencionado pelas informantes combina diversas racionalidades e lógicas, como os anseios de transformação social e política, a busca de meios para essas mudanças, a seleção de causas prioritárias e a adoção de programas e práticas de curto e médio prazos.

Enquanto o idealismo é focado nas ideias e discursos, o pragmatismo tem foco a práxis política das mulheres filiadas. A atuação política delas é organizada a partir de uma divisão do trabalho político, na qual algumas se dedicam à militância de rua, outras à militância nas mídias sociais e algumas na ocupação de cargos e na liderança de projetos internos dos diretórios femininos. É nessa divisão do trabalho político que o pragmatismo se manifesta, pois se trata do “espaço que nos oferece possibilidades concretas para exercer nossa cidadania, com práticas concretas e continuadas”, como expressa um dos informantes. Ao exercerem seu protagonismo em tais atividades, as mulheres sentem-se ativas e pragmáticas, produzindo sentidos para sua militância partidária nos espaços que as legendas lhes oferecem para a realização de seus projetos (GAUDICHET, 1995). Assim, observa-se que os relatos mostram que não há divisão estanque e dicotômica entre idealismo e pragmatismo.

Ao contrário, ambos se combinam na atuação política das mulheres. O idealismo constitui a motivação para a práxis e essa reafirma as ideias e valores das mulheres partidárias.

## Troca de partido

As experiências de trocas de partido são relatadas a partir de dois ângulos: a busca de vivências partidárias mais autênticas e a ruptura com certas legendas que deixaram de corresponder às expectativas das filiadas. No primeiro caso, os relatos destacam que

- Passei pelo trauma da troca de partido, mas valeu a pena a mudança;
- Larguei o PT porque me sentia frustrada e decepcionada e migrei para o PSOL, onde os meus ideais conquistaram novo ânimo;
- A mudança foi necessária, pois eu estava muito insatisfeita;
- Meu novo partido está me oferecendo experiências mais autênticas.

No segundo caso os relatos são mais dramáticos e ressaltam experiências de decepção, frustração e sofrimento:

- Larguei um partido que traiu meus sonhos e expectativas, mas não traio meus ideais.
- Foi uma experiência muito sofrida e decepcionante;
- Fiquei sem chão, por causa de tanta decepção;
- Foi como ter meus sonhos roubados e meu tempo perdido.

Os relatos de sofrimento político são permeados pelos sentimentos de exclusão, incompreensão, frustração, vergonha, injustiça e decepção. Parecem resultar de expectativas de luto. Pela força e recorrência dos relatos, as experiências de sofrimento político são recorrentes nas experiências de filiação partidária das mulheres. Há uma dimensão moral muito acentuada nos relatos, pois os sentimentos envolvidos geram repercussões nas biografias pessoais e nas relações interpessoais.

Vale considerar a dimensão sociológica das emoções nas narrativas aqui analisadas. Isso significa que “as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionais entre os indivíduos e a cultura e sociedade” ( KOURY, 2005, p.315). Nesse contexto, a emoção é compreendida como “uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e causado pela interação com outros em um contexto e situação social e culturalmente determinados” (p.315). Trata-se de uma perspectiva que toma os discursos emotivos como “práticas situadas em jogos de relações sociais e

negociações de poder” (REZENDE, 2002, p.89). Com isso, “a emoção deixa de ser vista como experiência interna, subjetiva, para ser analisada como prática discursiva com efeitos externos, extrapolando o chamado domínio do privado”. Sociologicamente, portanto, “as emoções são tomadas como um idioma que define e negocia as relações sociais entre uma pessoa e as outras” (p.74). O discurso emotivo seria, portanto, “uma forma de ação social que cria efeitos no mundo, efeitos estes que são interpretados de um modo culturalmente informado pelo público dessa fala emotiva” (REZENDE, 2002, p.74).

A dialética entre exclusão e inclusão é uma das causas de sofrimentos políticos, gerando julgamentos reputacionais e interferindo em dinâmicas relacionais (BERTINI, 2015; VICTORA, 2011; SAWAIA, 2001). Tais experiências levam o indivíduo a sentir-se “como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2001, p.56). Para a autora, o sofrimento político se torna *potência de padecimento*, cujo resultado existencial é a redução da potência de ação do sujeito. Logo, ressalta-se a indissociabilidade entre as dimensões físicas, psicológicas, morais e sociais do mal-estar gerado pelo sofrimento político (VICTORA, 2011). Embora a fonte do sofrimento político sejam as relações com os demais integrantes do partido, os efeitos atingem diretamente a subjetividade dos que se sentem vítima de exclusão. Assim, a convivência em grupo, exaltada como edificante, orientada pelo “espírito de companheirismo” e pela amizade, torna-se a causa das dores e decepções relatadas pelas trocas de partido. Aqui, a lógica da política como divisão e conflito assume protagonismo nas narrativas.

Um ponto a ser destacado, contudo, é a capacidade de resiliência de algumas das informantes, que se referem às experiências de sofrimento político como oportunidade de aprendizado, de crescimento e amadurecimento pessoal. As narrativas de resiliência fazem parte de formas de construção heroica da relação do indivíduo com o sofrimento e as adversidades (ESTEVAO; CALADO; CAPUCHA, 2017). Para os autores, as narrativas de resiliência produzem reflexividade nos atores e mobilizam recursos cognitivos, morais e psicológicos, acentuando seu próprio poder de ação e de transformação, de forma individualizada, capitalizando suas propriedades internas, sua agência pessoal, corporificadas em um *ethos* individual de competência socioexistencial. Existe, portanto, um claro alinhamento das narrativas heroicas de resiliência com o discurso neoliberal do indivíduo como empresa de si mesmo. Tal discurso atribui aos próprios indivíduos seus sucessos e fracassos.

Ao criticarem essa perspectiva da resiliência heroica e individualizada, os autores chamam atenção para a dimensão sociológica da resiliência, ou seja, “um atributo desigualmente distribuído entre indivíduos que se manifestam através de práticas para lidar com dificuldades” (ESTEVAO; CALADO; CAPUCHA, 2017, p.21). Sob esse prisma, “olhamos para a resiliência como um complexo processo multinível através do qual as sociedades, instituições e indivíduos respondem às adversidades que enfrentam”. Afinal, sem as condições sociais para a superação de problemas pessoais, sem os suportes sociais de proximidade e conjunturas favoráveis, a resiliência

heroica se torna inviável e falaciosa. Os relatos, contudo, enfatizam explicitamente a dimensão heroica:

- Foi difícil, mas superei e me sinto muito orgulhosa após a superação;
- Minha determinação foi fundamental para superar as mágoas e o sofrimento;
- Fui ao fundo do poço, mas depois dei a volta por cima!
- Me sinto uma heroína, depois de tudo o que passei.

## Fé e ação política cristã

Ao contrário das hipóteses de avanço e consolidação do secularismo nas sociedades ocidentais, tem havido uma crescente importância das religiões e seus discursos na esfera pública (BERGER, 2017). Para o autor, a noção de secularismo deu lugar a um novo paradigma, que abrange a coexistência inter-religiosa e o pluralismo globalizado entre discursos religiosos e seculares. A tese de Peter Berger nos leva a pensar sobre a teoria dos campos sociais de Bourdieu (2011 [1999]), segundo a qual política e religião seriam campos autônomos entre si, pois funcionam com base em regras próprias e distintas. Entretanto, uma característica do campo político é a permeabilidade, visto que a política perpassa vários dos demais campos sociais.

Como explica o autor, o campo político “nunca pode se autonomizar por inteiro, uma vez que, em suas lutas internas, remete permanentemente às clientelas que lhe são externas e que, em certo sentido, são capazes de ter a palavra final nestas disputas” (2011, p. 193). Cada campo possui uma cultura específica, que se expressa nos comportamentos práticos do cotidiano. No caso da política, “é preciso aprender a usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as relações de forças, como tratar os adversários” (2011, p. 200).

De todos os campos sociais, o que mais se aproxima do campo político é o campo religioso: nesse caso também, uma parte muito importante do que nele ocorre é efeito de relações internas (BOURDIEU 2011 [1999], p. 201). Outra semelhança entre ambos é o *princípio de divisão* que rege os dois campos, como os partidos no campo político e as várias denominações ou confissões no campo religioso. Ademais, ambos os campos nunca se fecham completamente, pois dependem de forma permanente de sua clientela, sejam os eleitores ou os fiéis. Tanto a política como a religião são caracterizadas como campos de lutas simbólicas em torno de valores, ideias e crenças. Os partidários e os fiéis lutam para universalizar suas visões particulares. Assim, “se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos*<sup>3</sup> se tornar universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão” (BOURDIEU, 2011: 203).

<sup>3</sup> *Nomos* aqui é usado no sentido de norma coercitiva que separa, divide e segrega os indivíduos, ao contrário de *lex*, que agrega e reúne.

Essa luta discursiva, baseada no convencimento dos demais, inclusive de infiéis e não partidários, tem como fundamento “uma preocupação com a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros”, tanto no caso da política quanto da religião (BOURDIEU, 2011 [1999], p. 206). Em ambos os casos, o que está em jogo “é a imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 2011, p. 206). O que está em disputa “é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra” (2011, p. 206). Para o autor, o *trabalho religioso* responde, por meio “de um tipo determinado de práticas ou discursos, a uma categoria particular de necessidades próprias a grupos sociais determinados” (BOURDIEU, 2009 [1974], p. 9). Esse trabalho religioso é fundamental para a conquista da legitimidade religiosa, a qual resulta de “lutas passadas pelo monopólio da violência religiosa” (2009, p. 90), considerada pelo autor uma forma de violência simbólica exercida pelos discursos e práticas do campo religioso.

No caso do Brasil, a relação entre política e religião tem se intensificado com a crescente presença de evangélicos no Congresso Nacional, cuja atuação se dá na definição de uma agenda política orientada por valores bíblicos (SOUZA, 2013; MACHADO, 2012). Destaca-se nessa agenda a politização do sexo, a criminalização do aborto e a crítica a outros modelos familiares que divergem do padrão heteronormativo. Ao lado da expansão da hegemonia neopentecostal destaca-se “a valorização da individualidade e de seus trajetos no campo religioso” (SOARES, 2019, p.101).

Os relatos das mulheres cristãs filiadas a partidos de orientação religiosa são expressivos para a compreensão do anseio delas de unir religião e política como forma de projeto de vida:

- Juntei duas coisas muito importantes na minha vida: a fé e o ideal político, junto com minhas irmãs de fé e companheiras de luta pela família e pelos valores morais.
- Fazer parte de um partido cristão fez toda a diferença na minha vida, pois posso atuar na política sem renegar minha fé.
- Viver minha fé cristã e atuar em partido político que defende a família e a religião é uma graça!

Percebe-se nos depoimentos o desejo de conciliar a esfera mundana da política com a esfera sagrada, tornando possível atuar politicamente, mas destoar da ordem de valores que pautam as religiões. É como se os partidos de base religiosa oferecessem espaço para a formação de comunidades de fé e de grupos de militantes para propagar os valores políticos e a fé cristã. Chama atenção o discurso de “defesa” da família, como uma entidade que deveria se pautar pela moralidade religiosa.

## Considerações finais

O estudo aqui apresentado teve como objetivo analisar os relatos e narrativas de mulheres filiadas a partidos políticos. Trata-se de uma abordagem de cunho qualitativo, que coloca em primeiro plano as expressões delas sobre suas vivências no âmbito dos partidos. O principal aspecto destacado nas narrativas foi o aprendizado político a partir de experiências concretas, vivenciadas no cotidiano das atividades promovidas pelos partidos. Esse, aliás, é um dos elementos destacados na literatura sobre o tema, ou seja, a função da filiação partidária como se fosse uma “escola política” (FERREIRA, 2012).

A convivência e as trocas recíprocas aparecem com grande ênfase nos relatos analisados. As narrativas idealizam o conviver e o compartilhar, eixos tecidos pelas relações de solidariedade, amizade, reciprocidade, amor fraternal e coleguismo. Assim, os diretórios partidários femininos são vistos pelas informantes como “irmandade” e “comunidade”. O companheirismo e a amizade são expressões muito utilizadas nos relatos para expressar um tipo específico de convivência uma *comunidade de valores* ou *comunidade solidária* (HONNETH, 2003). Logicamente que esse discurso se refere às relações típicas de endogrupo, ou seja, entre as “companheiras” do mesmo partido.

O discurso sobre a “nova política” também é acionado nas narrativas para ressaltar o papel das mulheres na construção de projetos políticos diferenciados, que contem com a perspectiva delas e contemplem seus interesses e convicções. A presença da mulher na política, sua atuação e exemplo são apontados como fatores para estimular a participação política feminina. Os relatos combinam ainda a idealização de projetos políticos, com base em valores e ideias de renovação, com o reconhecimento de maior pragmatismo nas políticas voltadas para as mulheres e para a sua própria atuação no interior dos partidos.

Uma observação digna de nota é a naturalização da perspectiva da política do cuidado como sendo algo tipicamente feminino. Alguns relatos reforçam a visão estereotipada de que a mulher deve exercer sua função maternal também no campo político, em função de sua suposta vocação para o cuidado. Essa visão naturalizada pelo machismo é reforçada pelas informantes, que defendem a combinação entre política e religião como estratégia para manter valores tradicionais ligados à família e sexualidade.

## Referências

ALONSO, María Elisa. El análisis del reclutamiento político desde una perspectiva de género. *Anales del IX Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política y Administración*. Madrid, 15-17 de junho de 2009.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*, v. 51, n.4, p. 895-939, 2008.

ADRAOUI, Mohamed-Ali. Le salafisme en France–Socialisation, politisation, mondialisation. *Confluences Méditerranée*, n.4, p.69-80, 2015.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage, 1989.

ARAÚJO, Clara. (2005). Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, n. 24, p. 193-216, 2005.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo–um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, v.18, n.2, p.567-584, 2010.

BARGEL, Lucie; DARMON, Muriel. *Socialisation politique*. Paris: Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, 2016.

BARROS, Antonio Teixeira. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 36, p.39-51, 2016.

BARRY, Carolina. Elegir y ser elegida: entre la ley de Voto Femenino y la ley de Cupo. *Apuntes Electorales*, v.18, n.60, p. 11-38, 2019.

BERTINI, Fatima Maria Araujo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, v.26, n.2, 2015.

BRANDÃO, Assis. Bobbio na história das ideias democráticas. *Lua Nova*, n.68, p.123-145, 2006.

BERNAL OLARTE, Angélica Fabiola. Las mujeres y el poder político: una investidura incompleta. Tese de doutorado (Filosofia Política). Universitat Autònoma de Barcelona, 2015. 331p.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, n.102, p.173-210, 2017.

BIROLI, Flávia; MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª. legislatura (2003-2006). *Revista Ártemis*, v.11, n.1, p.1-20, 2010.



BJARNEGÅRD, Elin, and Meryl Kenny. Gender, Institutions and Political Recruitment: A Research Agenda. In *ECPR Joint Sessions of Workshops*. Salamanca. 2014.

BERGER, Peter L. *Os múltiplos altares da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Ina Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. 2011 [1999]. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p.193-216.

CASTILHO, Inês. Mulheres, protagonistas da nova política? Outras Palavras, 4/05/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/serao-as-mulheres-as-protagonistas-da-nova-politica/> Acesso em 17/05/19.

CHANEY, Elsa M. *Supermadre: women in politics in Latin America*. University of Texas Press, 2014.

CORREA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n.53, p.1-16, 2018

COSTA, Luiz Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. *Textos para discussão*, Curitiba, n. 7, p. 1-20, maio 2013.

COSTA, Joana Filipa Pereira da. O papel das juventudes partidárias na ligação dos jovens à política. Dissertação de mestrado (Comunicação pública, política e intercultural). Universidade de Trás-Os Montes e Alto Douro. Vila Real, 2015.

DELGADO, Malu. “Candidatas-laranja”: a falácia da inclusão de mulheres na política brasileira. Uol Notícias, 08/03/2017. Disponível: [goo.gl/Do8JY1](http://goo.gl/Do8JY1). Consultado em 17/06/17.

DODD, Lawrence C. *Political learning and political change: Understanding development across time in The dynamics of American politics*. London: Routledge, 2018.

FERREIRA, Pedro Ricardo Bernardo. As juventudes partidárias são uma escola? Dissertação de mestrado (Ciência Política). Universidade de Aveiro, 2012.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; LEMOS, Mariana Werner de; SIRINO, Nárika Paola. O perfil das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010. 2015.

ESTEVAO, Pedro; CALADO, Alexandre e CAPUCHA, Luís. Resilience: moving from a “heroic” notion to a sociological concept. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.85 p.9-25, 2017.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Clarendon Press, 1995.

GAUDICHET, Nicolas. Les jeunes préfèrent le pragmatisme à l'idéologie. *Agora débats*, v.2, n.1, p.33-40, 1995.

GILMORE, Glenda Elizabeth. *Gender and Jim Crow: Women and the politics of white supremacy in North Carolina, 1896-1920*. UNC Press Books, 2019.

HEINICH, Nathalie. *Des valeurs: Une approche sociologique*. Paris: Editions Gallimard, 2017.

KENNY, Meryl. *Gender and political recruitment*. New York: Palgrave MacMillan, 2013.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A antropologia das emoções no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.4, n.12, p.239-252, 2005.

KRISCHKE, Paulo J. Abordagens ao aprendizado político. *Civitas*, v.2, n.2, p.273-284, 2002.

LUCHMANN, Lígia Helena. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. *Educação & Sociedade*, v.33, n.119, p.513-532, 2012.

JARAMILLO, María Inés Arévalo. Mujeres legisladoras en Ecuador entre 1979 y 2010: características sociales y políticas. *Estado & Comunes*, v.1, n.8, 2019.

JONES Mark P. Gender quotas. In Rose, R. (ed.), *International Encyclopedia of Elections*. Washington: CQ Press, 2000.

LEMOS, Leany B., MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v.16, n.2, 2010, p.366-393.

LIJPHART, A. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOVENDUSKI, Joni; HILLS, Jill. Introduction. In: LOVENDUSKI, Joni; HILLS, Jill (Ed.). *The Politics of the Second Electorate: Women and Public Participation: Britain, USA, Canada, Australia, France, Spain, West Germany, Italy, Sweden, Finland, Eastern Europe, USSR, Japan*. London: Routledge, 2018, p.11-23.

MACHADO, Amanda. Adesão, Formação e Seleção Partidária de Jovens: Algumas tendências do Rio Grande do Sul.” Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política. Porto Alegre, 9 a 11 de setembro de 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.7, p.25-54, 2012.

MARINI, Daniele. Gli italiani, il senso civico e la politica. *Il Mulino*, v.67, n.1, p.116-124, 2018.

MATOS, Marlise. Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, v.2, n.2, p.31-59, 2010.

MAUTHNER, Natasha S.; DOUCET, Andrea. Reflexive accounts and accounts of reflexivity in qualitative data analysis. *Sociology*, v.37, n.3, p.413-431, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, p.253-269, 2001.

MORITZ, Maria Lúcia; SCHULZ; Rosangela. Mulheres vitoriosas na política: Estudo comparativo entre as deputadas federais do Brasil e Uruguai. *Sociologias*, v.17, n.39, p.370-402, 2015.

NIJENSOHN, Malena. Por un feminismo radical y plural. Repensando las coordenadas teóricas y políticas de un nuevo feminismo desde una lectura cruzada de Judith Butler y Ernesto Laclau y Chantal Mouffe. *Cadernos Pagu*, n.54, sem paginação, 2018.

NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald. *Cultural Barriers to Women's Leadership: A Worldwide Comparison*. Anais da International Political Science Association World Congress, Quebec, 2000. Disponível: <http://www.onlinewomeninpolitics.org/beijing12/ipsa2000culture.pdf> Acesso em 17/06/17.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v.21, n.46, p.11, 2013.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Jones. *Political recruitment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LOVENDUSKI, Joni e NORRIS, Pippa. *Gender and Party Politics*. London, Sage, 1993.

OLIVEIRA, Allysson Eduardo Botelho. Gênero e representação política: recrutamento para postos críticos em oito países latino-americanos. *Primeiros Estudos*, n. 8, p.48-63, 2017.

OROZCO, José Luis. *El siglo del pragmatismo político*. Cidade do México: UNAM, 2004.

PERES, Paulo; MACHADO, Amanda. Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, v.23, n.1, 2017.

PINTO, Céli Regina. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, v.33, n.62, 2017.

POTECHI, Bruna. As mulheres dos estatutos no Congresso Nacional Brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n.1, p.1-13, 2019.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, v.25, n.3, p.1199-1217, 2017.

REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. *Mana*, v.8, n.2, p.69-89, 2002.

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. *Revista de Sociologia e Política*, v.25, n.64, p.121-148, 2017.

PINTO, Céli Regina. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, v.33, n.62, 2017.

RAULIN, Dominique. Valeurs et contenus d'enseignement. Le cas français. *Revue Internationale d'éducation de Sèvres*, v. 11, n.23, p. 14-37, 2017.

ROSENTHAL, Gabriele. Biographical research. In: SILVERMAN, D.; SEALE, C. et al. (Orgs.). *Qualitative research practice*. London: Sage, 2004. p.48-64.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, v.13, n.27, p.24-51, 2011.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, Bader (Org.) *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.97-119.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.63, p.237-280, 2002.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. Goiânia: Editora Câneone, 2012.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Still supermadres? Gender and the policy priorities of Latin American legislators. *American Journal of Political Science*, v. 50, n.3, 570-585, 2006.

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. *Civitas*, v.14, n.2, 2014.

SETTON, Maria da Graca Jacintho. *Socialização e individuação: a busca pelo reconhecimento e a escolha pela educação*. São Paulo: Annablume 2016.

SETTON, M. G. J. Socialização de habitus: um diálogo entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Educação*, v.23, n.69, p. 1-20, 2018.

SILVA, Natalia. Socialización Política Juvenil y Construcción del Compromiso Político en Chile: el Caso del Programa de Formación Vívelo de las Juventudes de la Unión Demócrata Independiente (UDI). Anais do XXX Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS), Costa Rica 2015. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT10/GT10\\_SilvaN.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT10/GT10_SilvaN.pdf) Consultado em 22/11/16.

SIMÕES, Luana Pinheiro. O trabalho nosso de cada dia: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2018. 314f.

SOUZA, Sandra Duarte. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. *Estudos de religião*, v.27, n.1, p.177-201, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. Revoluções no campo religioso. *Novos Estudos CEBRAP* 2019, v.38, n.1, p.85-107, 2019.

SPECK, Bruno e SACCHET, Teresa. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES; PINTO; JORDÃO. *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/ SPPM, 2012, p.167-206.

VICTORA, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. *Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde*, v5, n.4, p.3-13, 2011.

VOMMARO, Gabriel. Estudiar el reclutamiento partidario a través de la variable 'generaciones políticas': el caso del PRO en la ciudad de Buenos Aires. *Anais do Congresso Internacional de la Latin American Studies Association, Washington DC*, agosto de 2013. Disponível em: <http://live.v1.udesa.edu.ar/files/UAHumanidades/EVENTOS/PaperVommaro22o813.pdf>. Consultado em 22/11/16.

Recebido em 29/09/2020.

Aceito em 09/04/2021.